



DIREITOS HUMANOS

Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o procedimento é inadmissível e incompatível com a dignidade humana. Especialistas destacam avanços em prol dos direitos individuais e a importância de esforços para a segurança dos presídios

Fim da revista vexatória depende de investimento

» MAIARA MARINHO

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar inadmissível a prática da revista íntima vexatória em visitantes nos presídios é considerada, por entidades ligadas aos direitos individuais, como um marco na dignidade humana. No entanto, a total efetividade da segurança das prisões também dependerá da fiscalização e do investimento público. Especialistas ouvidos pelo **Correio** defendem que o entendimento da Corte levou em conta os direitos fundamentais.

A revista íntima vexatória ocorre quando o visitante é obrigado a tirar a roupa e se submeter à inspeção de cavidades corporais. Esse é o método em que a pessoa tira a roupa ou parte dela e tem suas cavidades corporais inspecionadas, como ânus ou vagina. Para isso, há casos em que são usados espelhos ou a ela é obrigada a agachar ou dar saltos.

O procedimento pode ser feito quando for impossível usar scanners corporais ou equipamentos de raio-X e quando houver indícios "robustos" e "verificáveis" de suspeita — e desde que o visitante concorde em ser revistado. Se não concordar, a visita pode ser barrada. O procedimento deve ser justificado pelo poder público caso a caso.

A advogada Caroline Neves, especialista em direitos humanos, destaca que o método tem como intenção causar humilhação aos parentes dos custodiados. "São realizadas de forma invasiva, como requisito para que pessoas, sobretudo mulheres, adolescentes e crianças, possam visitar seus familiares presos", aponta.

"Situações como essas são justificadas como procedimentos de segurança, mas na verdade, têm o objetivo de humilhar e subjugar os parentes, como se fossem uma extensão do 'inimigo' que o

sistema prisional quer combater", ressalta Caroline Neves.

Para a advogada criminalista Amanda Santos, o entendimento do Supremo leva em conta a dignidade dos visitantes. "Também viabilizou a responsabilização de agentes penitenciários que realizam a revista íntima de forma injustificada e fora dos parâmetros ora determinados", disse. "Serão consideradas ilícitas as provas obtidas por meio desses procedimentos, se verificados abusos e irregularidades no procedimento adotado. Sem dúvidas, a decisão do STF é consoante aos princípios basilares da Constituição Federal", completa.

Além da modernização das unidades prisionais, será necessário um esforço coordenado entre os poderes para garantir que os abusos sejam coibidos e que as determinações da Corte sejam plenamente cumpridas. A decisão do STF deverá ser seguida pelas instâncias judiciais inferiores.

No julgamento, a Suprema Corte considerou que o procedimento feito de forma vexatória, para humilhar as pessoas, é inadmissível. A decisão unânime também estabelece que os entes federativos terão o prazo de dois anos para instalar equipamentos, como scanners corporais, esteiras de raio-X e detectores de metais nas unidades prisionais. Apesar de a medida ser considerada um avanço no combate à violação da dignidade humana, ainda há um longo caminho a percorrer.

A base de dados sobre segurança pública no país é bastante precária. Alguns painéis disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e publicações organizadas por entidades da sociedade civil permitem a elaboração de análises que produzem alguns indicadores. É com base nesses dados que especialistas apontam que mulheres e crianças são as principais vítimas da revista íntima vexatória.

Breno Fortes/CB/D.A Press



Revista íntima deve obedecer a uma série de critérios e só poderá ser realizada com consentimento

Visitas

Entre janeiro e junho de 2024, 797.935 pessoas privadas de liberdade receberam visitas. Entre os presos com visitantes cadastrados, 23.581 eram mulheres e 470.990, homens. Do total que efetivamente recebeu visitas, 748.956 eram homens e 48.979, mulheres, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais do MJSP.

Por outro lado, as informações sobre a infraestrutura das unidades penitenciárias nos estados

seguem defasadas. Não se sabe, por exemplo, quantos presídios ainda adotam a revista vexatória e não contam com equipamentos modernos de inspeção.

Após declarar inconstitucional a revista íntima vexatória em presídios, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu diretrizes para os procedimentos de inspeção em unidades prisionais e alertou que agentes públicos ou profissionais de saúde que abusarem da prática poderão ser responsabilizados judicialmente.

A Corte reafirmou que esse tipo de revista é ilegal e que as provas obtidas por meio dela são consideradas ilícitas. O STF determinou que o governo federal e os estados usem recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para adquirir equipamentos como scanners corporais, esteiras de raio-X e detectores de metais. O objetivo é substituir os procedimentos invasivos por tecnologias que garantam a segurança sem violar a dignidade dos visitantes.

De acordo com a decisão, a revista íntima, quando necessária, deve obedecer a uma série de critérios: só poderá ser realizada com o consentimento do visitante. Caso contrário, a autoridade administrativa poderá impedir o acesso à visita. O procedimento deve ser feito por alguém do mesmo gênero da pessoa revistada e, preferencialmente, por um profissional da área da saúde. A revista deve ocorrer em local reservado, respeitando a intimidade do visitante.

Para públicos vulneráveis, como crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, o STF proibiu expressamente a revista íntima. Nesses casos, será adotada a chamada 'revista invertida', em que a inspeção recai sobre a pessoa privada de liberdade e não sobre o visitante.

Na avaliação da advogada, a proibição da revista íntima vexatória, por si só, não é capaz de transformar a cultura de violações de direitos no sistema prisional. Tampouco a decisão do STF garante, de forma imediata, que a prática deixará de ocorrer.

"É necessário que o poder público invista, de fato, no monitoramento das ações dos agentes de segurança pública em espaços como o sistema prisional. Com a decisão, as unidades da Federação deverão atuar para prevenir e mitigar essa forma tão grave de violência", afirma a advogada Caroline Neves.

Para entrar no presídio, o visitante pode passar por três tipos de revistas: eletrônica, manual ou íntima. No texto final, ficou decidido que, nas situações excepcionais em que for justificada, a revista íntima deve ser feita em lugar adequado e exclusivo para essa verificação, por pessoas do mesmo gênero e só em maiores de idade. No caso de menores de idade ou de visitantes que não podem dar consentimento válido, a revista deverá ser feita posteriormente no preso que recebeu a visita. (Colaborou Fernanda Strickland)

CLIMA

Enchentes alagam RJ e deixam desabrigados

As chuvas intensas que atingem o Rio de Janeiro interditaram rodovias, causaram alagamentos e deixaram pessoas desabrigadas em várias regiões do estado. Em Petrópolis e Angra dos Reis, as sirenes da Defesa Civil alertam as pessoas para deixarem as casas e procurarem abrigos, devido ao risco de inundações e deslizamentos.

A enchente do Rio Quitandinha alagou o Centro Histórico de Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, na manhã de sábado. Ruas e avenidas da cidade, como a Avenida Barão do Rio Branco, estão com pontos de alagamentos, o que obrigou ao remanejamento de mais de 100 linhas de ônibus. A prefeitura da cidade abriu pontos de apoio para receber moradores de áreas de risco.

No início da tarde de ontem, uma árvore caiu na entrada do Túnel Rebouças, sentido Zona Sul, deixando uma pessoa que estava em um carro ferida. Por volta das 13h20, a primeira galeria do túnel chegou a ser interditada, mas às 14h50 foi reaberta ao trânsito.

Até a tarde de sábado, 193 pessoas estavam desalojadas em

Angra dos Reis, no litoral do Rio. De acordo com a prefeitura, entre a noite de sexta-feira e a madrugada deste sábado, a chuva acumulou 347 milímetros no município. Foram abertos 36 pontos de apoio, entre eles quatro abrigos, para receber os desalojados.

A Defesa Civil orientou os moradores das áreas de risco a se deslocarem para o ponto de apoio mais próximo e reforçou a importância de obedecer aos alertas. Quatro escolas municipais, uma escola comunitária e um salão paroquial foram transformados em abrigos para os desalojados.

Outros dois pontos em duas escolas das regiões de Corrêas e Araras foram abertos. Não havia ainda um número de moradores que já tinham se deslocado para os pontos de apoio.

Fique em casa

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), postou um vídeo nas suas redes sociais pedindo que os cariocas fiquem em suas casas por conta dos impactos e riscos das fortes chuvas que

Reprodução/redes sociais



Defesa Civil orientou os moradores das áreas de risco a se deslocarem para pontos de apoio

atingem a região. "O meu pedido é para que, quem não tiver que sair, fique em casa. Aproveita o sábado chuvoso, fica em casa, lê um livro, vê uma série", disse.

A Concer, concessionária que administra a BR-040, reabriu a praça de pedágio de Caxias, no sentido de Petrópolis, que tinha sido fechada preventivamente. A

empresa informou restrição de tráfego no km 112 e km 113, sentido Rio, devido a alagamentos, e queda de árvore no km 90, na descida da serra de Petrópolis.

Em Angra dos Reis, equipes do setor de engenharia da Defesa Civil foram acionadas para realizar visitas e realizar o resgate de pessoas isoladas pelas chuvas. No bairro da

Mambucaba, o resgate está sendo feito com o auxílio de barcos. Desde a manhã, as sirenes de alerta soaram em 42 bairros. Não há informações sobre pessoas feridas.

Sudeste em alerta

Na região sul do Espírito Santo, uma forte chuva atingiu várias

cidades entre a noite desta sexta-feira e a madrugada de sábado. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram a enxurrada invadindo uma igreja, várias ruas e praças ficaram debaixo d'água. Não há registro de pessoas feridas, mas segundo a prefeitura, pelo menos 47 tiveram que deixar suas casas.

As cidades atingidas são: Castelo, Muniz Freire, Mimoso do Sul, Guaçuá, Alegre e Irupi. Nesta semana, também foi alertado que a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, apresenta riscos hidrológicos e geológicos altos, com possibilidade de inundação do Rio Itapemirim, além de deslizamentos de terra, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Na capital capixaba, a situação é considerada moderada. Podem ocorrer inundações pontuais em córregos urbanos, enxurradas e alagamentos temporários de áreas rebaixadas, além de deslizamentos pontuais em encostas. Em Minas Gerais, o risco hidrológico é alto em Juiz de Fora e moderado na capital, Belo Horizonte.

No Nordeste, São Luís (MA) e Fortaleza (CE) apresentam risco moderado de pancadas de chuva fortes. No Norte, Macapá (AP) e Belém (PA) têm o mesmo risco moderado, segundo o Cemaden. (Agência Estado)